



**O INCONFIDENTE QUE ESCAPOU DA CONDENAÇÃO NA DEVISSA**  
**ARTIGO PUBLICADO PELA MAGISCULTURA MINEIRA, Nº 9, ABRIL DE 2013.**

Quando se compulsam os *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* percebe-se claramente que nem tudo que acontecia era trazido para o processo. Vasta documentação paralela, também constante da publicação, relata a interferência direta do Visconde de Barbacena, governador Luís da Cunha Menezes, bem como do vice-rei Conde de Resende, aos quais também os juizes encarregados das devassas prestavam contas e dos quais recebiam ordens e orientações.

Por outro lado, também os inconfidentes tinham suas fontes de informação e seus meios próprios de comunicação, e poucos foram efetivamente apanhados de surpresa. Alguns chegaram mesmo a fugir antecipadamente, como o Padre Toledo, que passou largo tempo escondido em Itambé, ou o próprio Tiradentes, que, seguido pelos espíes do Visconde de Barbacena, também foi apanhado, armado, em seu esconderijo no Rio de Janeiro.

Apesar de bem informado sobre fatos e pessoas, o Visconde de Barbacena fez questão de formalizar em processo as medidas que deveriam ser tomadas contra os revoltosos. Para isso, exigiu que os traidores da causa libertária lançassem em documento escrito as denúncias que verbalmente lhe tinham feito. De posse desses escritos, encaminhou-os ao vice-rei Luís de Vasconcelos, seu tio, que governava do Rio de Janeiro.

Este então, em 7/5/1789, mandou instaurar o processo (devassa), nomeando como membros do tribunal colegiado os desembargadores José Pedro Machado Coelho Torres e Marcelino Pereira Cleto (op.cit.vol.1, p. 22 e 24).

Também o Visconde de Barbacena instaurou devassa, em 12/5/1789, nomeando como juiz sindicante o desembargador Pedro José de Araújo Saldanha e, como escrivão, o ouvidor de Sabará, José Caetano Manitti.

A abertura de dois processos, que correram paralelamente por muito tempo,

de pólvora e de armas de fogo, objetivo estratégico dos inconfidentes.

Estando o processo de devassa em andamento no Rio de Janeiro, talvez sabedor de que aumentavam as suspeitas do governador, o dr. José de Sá Bittencourt decide deixar Caeté e dirige-se para a Bahia, onde tinha familiares influentes.

Ao invés de seguir o caminho normal, preferiu outro mais longo e difícil, porém menos vigiado. Dirigiu-se de Caeté ao Distrito Diamantino (Tejuco/Serro e Diamantina) e de lá pegou o "caminho do sertão", ou seja, a trilha menos frequentada, usada para o transporte de gado e mercadorias da Bahia para Minas.

Chegou à Bahia, mas ali foi preso, por ordem do novo vice-rei, D. José de Castro, Conde de Resende, e a pedido do Visconde de Barbacena.

Trazido para o Rio de Janeiro, foi submetido a três interrogatórios. As perguntas que lhe foram feitas, bem como as respostas que deu, constituem um instrutivo episódio de técnica processual, de jogo de inteligência, de espertezas e artimanhas de um e outro lado, tudo traduzido em saborosa e escurteira linguagem. Vale a pena ver as principais perguntas e respostas (mais abaixo), verdadeiras aqui para a linguagem atual.

**Dois arrobas de ouro pela liberdade**

Saiu-se tão bem nos interrogatórios o esperto dr. Bittencourt que o próprio desembargador presidente do processo recomendou ao vice-rei a sua soltura. O Conde de Resende mandou liberá-lo e comunicou sua decisão ao Visconde de Barbacena (vol.5, p. 572, vol. 11, p.66).

Anos mais tarde, em 1821, ao entregar a José Bonifácio, então ministro do príncipe regente D. Pedro I, um relatório de pesquisa mineral que procedera, o dr. José de Sá Bittencourt se gabava de ter escapado do processo "onde a força dos sofismas, sarcasmos e círculos viciosos do presidente que me fazia perguntas" (vol.9, p. 402).

Entretanto, embora sejam inegáveis a sabedoria, os méritos e os feitos do dr. José de Sá Bittencourt e Accioli, a versão mais corrente é que sua absolvição no processo de devassa não se deveu apenas à sua presença de espírito e à sua

para apuração dos mesmos fatos, não podia deixar de causar transtornos, que o vice-rei contornou, avocando para o Rio de Janeiro a devassa que corria na Capitania de Minas e anexando-a à outra.

**O "moço do Sabará"**

O processo escrito era exigência da legislação da época, mas as formalidades escritas não suprimiam as diligências extraprocessuais, de modo que, ao formularem perguntas aos réus ou testemunhas do processo, os juizes já tinham conhecimento antecipado de muitas informações, as quais apenas procuravam confirmar.

Assim é que, em vários interrogatórios, e em diversas oportunidades, os juizes perguntam pelo "moço do Sabará", que seria um dos integrantes da revolta.

Normalmente os interrogados respondem que não conhecem tal "moço do Sabará", o qual, entretanto, não deveria ser uma pessoa desconhecida e sem influência.

O próprio componente da Junta, o ouvidor José Caetano César Manitti devia conhecê-lo pessoalmente ou dele ter ouvido falar, pois ele residia em Caeté, então pertencente à comarca de Sabará e dela distante apenas 22 km.

Como o fingido desconhecimento de quem se tratava, ou a simples referência ao "moço do Sabará" não surtia efeito, os juizes então declinavam o seu nome: "Dr. José Bittencourt".

Os interrogados, aí, se lembravam de ter ouvido falar a respeito dele.

Por exemplo, o coronel de cavalaria Francisco Antônio de Oliveira Lopes, questionado sobre uma reunião em casa do tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, relaciona entre os presentes "um doutor pequenino, cujo nome não sabia, das partes do Sabará" (vol.4, p151; vol. 5, p. 58/59; p. 66; p. 175, 200, 324).

Do mesmo modo, o Padre Carlos Correia de Toledo questionado "se sabia ou tinha notícia [...] de alguma pessoa

inteligência, mas também ao peso de duas arrobas de ouro que sua tia distribuiu entre as autoridades do processo (vol. 5, p.572, nota de rodapé de Herculano Gomes Mathias).

Posto em liberdade, o dr. José Bittencourt voltou para a Bahia, onde, por sua capacidade técnica, foi encarregado de realizar pesquisas geológicas na região de Jacobina (BA). Nomeado inspetor das minas de salitre de Montes Altos, construiu a fábrica de salitre e uma estrada para escoamento da produção.

Comprou fazendas na região de Vitória da Conquista, dedicou-se à agricultura de algodão e à pecuária. De um pequeno arraial, surgido em sua fazenda Borda da Mata, posteriormente dividida, originou-se a atual cidade de Jequié.

O dr. José de Sá Bittencourt e Accioli voltou a estabelecer-se em Caeté, MG, em 1813, a chamado de sua tia, Maria Isabel de Sá Bittencourt, que o constituiu o seu herdeiro universal.

Quando, em 1822, foi proclamada a independência do Brasil, acirraram-se os ânimos na Bahia, com forte resistência armada dos habitantes de Salvador à separação de Portugal. Em contrapartida. Houve também adesão às forças do governo de D. Pedro I.

José de Sá Bittencourt e Accioli faleceu em 1828, em Caeté, MG, deixando 11 filhos. Alguns deles se destacaram, quer na política e na administração pública, quer em atividades privadas em várias províncias (estados) do Brasil.

**NOS INTERROGATÓRIOS, AULAS DE DISSIMULAÇÃO**

**Primeira Inquirição - 09/09/1791 (vol. 5, p. 557/562)**

**Pergunta: - Sua qualificação?**

**JSB -** José de Sá Bittencourt, 36 anos, filho de Bernardino Rodrigues Cardoso, natural da Vila de Caeté de Minas Gerais, atualmente residente na Bahia, em casa de meus pais, solteiro, formado em filosofia, vivendo do que me dão os meus pais.

**P - Sabe por que foi preso?**

**JSB -** Desconfio que foi porque sai de Caeté.

compreendia as ciências naturais - botânica, geologia, mineralogia).

**P - A estrada de Caeté para a Bahia, pública e seguida, passa pelo Distrito Diamantino, logo não pode considerar-se suspeito, nem ser importunado por soldados quem ela transita. Ao contrário, quem transita por caminhos alternativos e incomuns é que pode ser considerado suspeito ou estar sujeito à violência.**

**JSB -** Nem sempre se age prudentemente. Se imaginasse que deixar a estrada comum para seguir a do sertão seria indício de delito, certamente não o faria.

**P - Quando se retirou de Minas, apresentou-se ao general para despedir-se e lhe comunicar que ia de uma Capitania para outra?**

**JSB -** Não me apresentei nem me despedi, porque não é costume tirar passaporte. Além disso, Caeté dista de Vila Rica 14 léguas.

**P - Ainda que não fosse obrigatório tirar passaporte, e apesar da distância de 14 léguas, deveria apresentar-se e despedir-se do general, se não houvesse motivo para ocultar sua retirada. A distância de 14 léguas não foi obstáculo para duas visitas que você fez antes ao general. O mesmo deveria acontecer para a despedida, que seria não só um ato de civildade, mas também uma obrigação, e a menos que o motivo de suprimir essa visita não seja o mesmo que o levou a evitar os soldados: a consciência de culpa.**

**JSB -** Pode ter sido falta de civildade, mas não faltou a uma obrigação, nem entendi que assim fosse.

**Terceira Inquirição - 12/09/1791 (vol. 5, p. 570/572)**

[...] das partes do Sabará [...] sabedor do projeto do levante", negou tal conhecimento. Indagado diretamente "se conhecia o Doutor José de Sá Bittencourt, assistente em Caeté", disse que não o conhecia, nunca o vira e dele nada sabia (vol.5, p. 165/167).

Tomás Antônio Gonzaga, acusado em inquirição de estar envolvido na Conjuração porque, apesar de não ser militar e não ser rico, era pessoa instruída, responde que tal fato não o tornaria culpado, pois no país havia "outros nacionais com os mesmos préstimos". Instado a mencionar "os sujeitos nacionais do país com os mesmos préstimos de literatura", relaciona, dentre outros, "no Sabará há um doutor moderno cujo nome ignora, mas que tem talentos" (vol. 5, p. 211).

José Álvares Maciel (vol. 5, p. 335 e segs.), que foram seu colega em Coimbra, não podia negar o conhecimento que tinha de José de Sá Bittencourt. Admite que o encontrava, quando ele ia a Vila Rica, mas diz desconhecer seu envolvimento na Conjuração.

Com sua identidade e atuação preservadas pelos demais inconfidentes, o dr. José de Sá Bittencourt e Accioli manteve-se quieto em casa de sua tia, em Caeté, durante quase todo o desenrolar do processo. Entretanto, não estava livre de suspeita. Em longo relatório destinado a Martinho de Melo e Castro, secretário da Marinha e Ultramar, o Visconde de Barbacena diz que além das pessoas já pressas, haveria um número maior de pessoas envolvidas e relaciona expressamente, entre vários que chama de "suspeitos", "um doutor da mesma comarca (Sabará) vindo há pouco de Portugal, que parece ser José de Sá Bittencourt" (vol.8, p. 196).

As suspeitas do Visconde de Barbacena não eram desarrazoadas, porque o dr. José de Sá Bittencourt e o seu colega, dr. José Álvares Maciel, eram dos poucos, se não os únicos, na Capitania de Minas, com formação e conhecimento técnico para a fabricação

**P - Sair da vila é delito?**

**JSB -** Ter saído de Caeté não é delito, mas como todas as perguntas que me fizeram tratam desse assunto, e como não tinha passaporte, creio que é por isso que estou preso.

**P - Como homem formado você sabe muito bem que a falta de passaporte não é delito. Você não está sendo sincero.**

**JSB -** Ao ser preso, pensei que a prisão seria por ter saído de Caeté. Mas depois de perguntas que me foram feitas pelo desembargador Marcelino Pereira Cleto, entendi que me consideraram suspeito de ter entrado na sublevação de Minas, da qual só tive notícia depois das prisões dos envolvidos.

**P - Que sublevação, e por que seria suspeito?**

**JSB -** Dessa sublevação só vim a saber depois das prisões, e só sei o que normalmente corre como notícia. Penso que suspeitam de mim pelo modo como sou tratado, mas sou inocente. Durante todo o tempo que perduraram as devassas permaneci em Caeté e quando me retirei havia notícia de que elas estavam encerradas.

**P - Quando foi morar em Caeté; quanto tempo ali ficou? Por que não morava com os pais?**

**JSB -** Meus pais residiam na Vila de Rio de Contas, sertão da Bahia, e quando eu tinha 13 anos me mandaram para Minas, para estudar. Fiquei inicialmente em casa de meu tio, capitão-mor Domingos da Rocha. Falecendo ele, fui morar em Caeté com minha tia e permaneci com ela até que fui para Coimbra. Quando retornei de Coimbra, voltei a morar com ela.

**P - Por que, tendo residência estável, saiu de modo tão estranho?**

**JSB -** Quando vim para Minas, vim tratar de negócios de minha família e do casamento de minha irmã. Voltei para a casa de meus pais para prestar contas de minhas incumbências e também para lhes dar assistência, pois meus dois outros irmãos estão viajando, um em missão oficial, outro estudando em Coimbra.

Sai de Caeté sem esconder minha viagem. Fui até o Serro pelo caminho normal. Nesse lugar, tendo notícia de que havia soldados patrulhando o caminho comum, à procura de um homem saído de

**P - Por que não veio aqui para o Rio de Janeiro, para depois seguir de navio para a Bahia, como se faz normalmente, e como você mesmo fez, quando veio da Bahia para Caeté?**

**JSB -** Não gosto da viagem por mar, não só pelos perigos que representa, mas também pela demora, pois em outra ocasião, indo daqui para a Bahia, por mar, levei 44 dias. Além disso, por causa de doença de que padeço, recomendavam-me os médicos que não coma carne salgada e me exercite a cavalo.

**P - Ainda agora está faltando com a verdade, porque a viagem por terra, e pelo sertão, também oferece perigos, como a travessia de córregos e rios. A viagem de navio não perigosa como diz. O exercício a cavalo poderia ser feito de Caeté a esta cidade do Rio de Janeiro. Na viagem, só é obrigado a comer carne salgada quem não tem curso algum, o que não é o seu caso. De qualquer modo, apesar dos incômodos relatados, você fez outras viagens de navio, indo e vindo de Caeté para a Bahia.**

**JSB -** A opção por terra ou por mar depende do gosto de cada viajante e muitos preferem a terra firme, cujos perigos são muito menores e menos certos que os do mar.

**P - Mais alguma coisa a acrescentar ou retirar de suas declarações?**

**JSB -** Tenho respondido de acordo com minha consciência a todas as perguntas que me são feitas, nada tendo a acrescentar ou retirar, e me disponho a responder com verdade a outras que porventura sejam necessárias.

**(Doutor José Anacleto Ferreira, Juiz de Direito Aposentado e historiador).**

Minas, segui por outro caminho, o do sertão, para evitar o encontro com esses soldados, com medo de alguma violência. Chegando à Bahia, apresentei-me à autoridade e permaneci em casa de meus pais por mais de um ano, tratando normalmente de meus negócios.

Se me julgasse culpado, poderia ter facilmente tomado algum dos vários navios que aportaram na Bahia.

**P - Você está faltando com a verdade, pois sua saída de Caeté foi às escondidas, mas logo notada pelo governador. Seguir caminho diverso, para evitar os soldados, com medo de violência, é má desculpa, porque os soldados só agem contra ladrões ou salteadores, não contra viajante inocente.**

**JSB -** Sai de Caeté abertamente, e não às escondidas. Escolhi o caminho pouco frequentado porque, embora seja verdade que os soldados tenham por missão reprimir malfetores, mas sempre se está livre de violência.

**Segunda Inquirição - 10/09/1791 (vol.5, p. 562/569)**

**P - Diga a verdade, pois o temor pânico aos soldados só pode vir de quem é culpado de algum delito.**

**JSB -** Apesar de inocente, não descartei a possibilidade de sofrer violência por parte dos soldados, pois estava no Distrito Diamantino (onde a entrada devia ser previamente autorizada), ou eles poderiam querer mostrar zelo funcional, ou inventar um pretexto qualquer. Não fugi, apenas escolhi outro caminho. Ainda que tivesse fugido, entendo que a fuga não é incêndio de delito, embora não seja professor de Direito, sendo minha formatura em Filosofia e História Natural. (Nota: na época, o curso denominado de Filosofia